

**PARECER DE CONTROLE INTERNO**

**Processo nº: 201/2023**

**Modalidade:** Pregão Registro de Preço: 003/2023

**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais Hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Oliveira de Fátima- TO.

A Controladoria Interna, representada pela Senhora MARILIA FERNANDES ALVES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo em Provimento de Comissão de Controlador Interno do Poder Executivo do Município de Oliveira de Fátima/TO, conforme DECRETO Nº. 044/2022 de 01 de Abril de 2022, **declara**, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, nos termos do art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, que recebeu para análise o **Processo Administrativo de Licitação nº. 201/2023, Pregão Registro de Preço nº: 003/2023, tipo menor preço por item, número do edital: 003/2023** para Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Oliveira de Fátima- TO, a empresa J. S. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 32.422.207/0001-40, PROFARM COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ: 00.545.222/0001-90, A MEDICAL COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ: 28.692.942/0001-05.

**1. PRELIMINAR**

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74 no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante à administração pública, bem como sua responsabilidade.

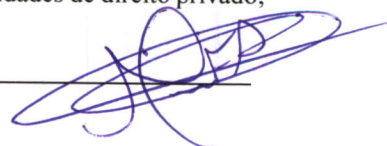
Cabe aos responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo tribunal de Contas que forem vinculados.

A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art. 74 da Constituição Federal/1988, *in verbis*:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;



III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.”

Neste sentido cabe a ressalva quando a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e dela não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo.

**Importante também destacar que o Controlador Interno não é o ordenador de despesas e que tal atribuição se restringe ao gestor.**

## 2. DO RELATÓRIO

Trata-se do **Processo Administrativo de Licitação nº. 201/2023, Pregão Registro de Preço nº: 003/2023, tipo menor preço por item, número do edital: 003/2023** para **Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais hospitalares**, para atender as necessidades do órgão do Município de Oliveira de Fátima/TO.

O processo encontra-se instruído com rol de documentos de elaboração do certame, suas fases de prosseguimento.

Os documentos analisados foram encaminhados a esta secretaria, passando assim à apreciação desta Controladoria na seguinte ordem:

- Capa;
- Solicitação;
- Orçamentos;
- Estimativa de preços;
- Termo de referência;
- Atuação da capa;



- Memorando do secretário;
- Memorando do setor de compras;
- Despacho nº. 003/2023;
- Decreto da comissão CPL;
- Certificado de pregoeiro;
- Despacho pregoeiro;
- Despacho do gestor;
- Minuta;
- Parecer jurídico;
- Aviso de licitação;
- Certidão do pregoeiro;
- Publicação;
- Edital de licitação;
- Anexo I – Credenciamento;
- Anexo II – Declaração;
- Anexos III – Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte;
- Anexo IV – Minuta do Contrato;
- Anexo V – Minuta da ATA de Registro de Preços;
- Anexo VI – Discriminação dos itens e Modelo de proposta;
- Recibo de entrega;
- Credenciamento;
- Proposta de preços;
- Documentação;
- Ata da Sessão Pública;
- Proposta realinhada;
- Termo de Homologação;
- Publicação do Termo de Homologação;
- Ata de Registro de Preços;
- Publicação da Ata de Registro de Preços;
- **Vigência da ATA de Registro de Preço: 07/08/2023 à 07/08/2024.**

### 3. DO EXAME

Em observância aos documentos que aqui foram apresentados para análise, vislumbra-se possuir todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pelas Leis e Resolução que versam sobre o tema, bem como aos princípios norteadores do Direito Administrativo.


Com relação à regularidade fiscal das empresas **J. S. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, PROFARM COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA, A MEDICAL COMERCIO LTDA**, ficou demonstrado através das certidões apresentadas nos autos.

#### 4. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considero o **Processo Administrativo de Licitação nº. 201/2023, Pregão Registro de Preço nº: 003/2023, tipo menor preço por item, número do edital: 003/2023** para Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais hospitalares, atendendo as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Oliveira de Fátima/TO, tendo em vista ao amparo legal e presentes os requisitos indispensáveis à realização do Processo, sendo ele revestido de todas as formalidades legais, sendo que a dilação contratual buscada encontra-se devidamente justificada e autorizada, em conformidade com o previsto no art. 57, §2º da Lei 8666/93, autorizando assim a realização da despesa e respectivo empenho e ao final a publicação em diário oficial.

Sem mais, é o parecer do Controle Interno.

Oliveira de Fátima/TO, 17 de Agosto de 2023.

  
Marília Fernandes Alves de Oliveira  
CONTROLADORA GERAL  
Decreto N.º 044 de 01 de Abril de 2022

MARÍLIA FERNANDES ALVES DE OLIVEIRA  
CONTROLADOR GERAL  
Decreto n.º. 044 de 01 de Abril de 2022